

Representação E CIDADANIA

– A UNIDADE CURRICULAR DE PROJECTO FINAL
EM ARQUITECTURA NO ISCTE-IUL*

RESUMO

Representação e Cidadania são argumentos utilizados para debater a orientação da Unidade Curricular de Projecto Final de Arquitectura do ISCTE-IUL. A representação é apresentada como ferramenta de compreensão e experimentação do território. O itinerário sobre a representação inicia-se numa meditação a partir da ideia de “palimpsesto” em André Corboz. A cidadania que complementa a linha de pensamento surge a partir da precisão discursiva de Gonçalo Byrne e é apresentada como mecanismo capaz de tornar relevante a acção dos arquitectos. A partir dos temas “representação” e “cidadania” enquadra-se também a possibilidade de uma pesquisa do ensino de arquitectura com base na ideia de projecto urbano, lançada por Nuno Portas.

0

A Unidade Curricular de Projecto Final, no mestrado integrado em arquitectura do ISCTE-IUL, para além de um momento de síntese da formação obtida nos quatro anos anteriores, é o momento em que se soma uma orientação para a tomada de uma posição cívica – alicerce dos primeiros passos da actividade de arquitecto.

No contexto da área disciplinar da arquitectura é possível exercer uma experimentação específica, fundamental para um debate capaz de incorporar uma meditação sobre a configuração do espaço, a morfologia urbana, ou a expressão das mudanças da paisagem.

O território emerge como conceito agregador de uma prática de acção, potenciando a delimitação necessária para o exercício do projecto; André Corboz (1928–2012) referiu que existem tantas definições de território como de disciplinas ligadas a ele, a dos urbanistas, por exemplo, teria “em conta factores tão diversos quanto a geologia, a topografia, a hidráulica, o clima, a cobertura florestal e os cultivos, as populações, as infraestruturas técnicas, a capacidade produtora, a ordem jurídica, o esquema administrativo, a economia nacional, as redes de serviços, os interesses políticos, etc.”. É na tangência entre o urbanismo e a arquitectura que nos interessa trazer para cima da mesa a amplitude e complexidade de que fala Corboz. Neste quadro de relações é possível extrair argumentos para fundamentar uma consciência humanista mobilizadora da orientação científica presente na formação em arquitectura.

A experimentação é realizada por meio de respostas concretas a problemas específicos, transformando a área de arquitectura num percurso de mediação entre as questões que a montante se colocam diante da sociedade, e a consciência que a jusante é possível consolidar através de uma cidadania activa. Deste modo, as intenções que enquadram o projecto arquitectónico incorporam um desejo prospectivo que se estabelece através de uma inter-relação permanente entre várias escalas e vários agentes.

É o território nacional mais próximo que normalmente se utiliza como base de investigação. Os alunos são levados a reflectir sobre a descodificação de alguns dos fenómenos próprios do metropolitano contemporâneo, caracterizado pelo tecido urbano fragmentado e denso que, na sua mancha informe, apenas oferece “porosidades” como possibilidade de uma acção, necessariamente, regeneradora. É na capacidade de gerar relações entre a complexidade do território analisado em ma-

* versão abreviada de comunicação apresentada no Portuguese Network of Urban Morphology/ PNUM 2013, Coimbra, 27 e 28 de Junho de 2013.

cro e a atenção à inevitabilidade de uma intervenção em micro, protagonizada pelo rigor e precisão do gesto arquitectónico, que se estabelece uma dialéctica que, apesar de podermos denominar de projecto de urbano, não é mais que a contingência da acção arquitectónica nos nossos dias.

Este procedimento convoca igualmente uma reflexão sobre a própria redefinição programática dos espaços disponíveis, trazendo para o debate a vocação dos lugares e as suas potencialidades. Na especificidade das acções de projecto aceita-se o debate sobre a limitação tipológica, viabilizando-se, em muitos casos, a improbabilidade da aptidão de certas áreas urbanas, muitas vezes exíguas, ou inadequadas aos programas pretendidos.

São as ferramentas disciplinares de representação que permitem clarificar todo o processo de projecto e discurso a ele associado. É através destes instrumentos que se lançam as bases de uma cidadania que envolve os estudos de arquitectura num diálogo permanente para dentro e para fora da sua própria disciplina.

1. A REPRESENTAÇÃO

Os ensaios e projecto envolvem os alunos na aquisição de competências pela via de uma interiorização experimental. O traço arquitectónico procura materializar caminhos, ajustando os modelos de organização do espaço, enraizados na cultura disciplinar da própria arquitectura, com os intrínsecos desejos de mudança para os quais os arquitectos são convocados. É justamente sobre o enquadramento da mudança que se opera o itinerário científico da área de projecto de arquitectura, nomeadamente no último ciclo de formação. A mudança encerra um questionamento permanente, formulado a partir de uma vontade idealista de transformação.

Em reflexão anterior sobre o ensino de projecto, tive oportunidade de expressar três vectores fundamentais para a orientação dos estudantes no último ano de formação: o idealismo, o papel da história e o território formam os vértices de uma tríade de relações que metodologicamente, permitiram convocar diversos autores, com o objectivo de articular um discurso sobre os desafios do ensino de projecto. Estes três temas, ou vectores, de modo estratificado, apresentavam-se como bases para, em primeiro lugar, estimular os estudantes na procura de uma percepção crítica do mundo em que vivem; em segundo, para o reconhecimento do papel da cultura arquitectónica na elaboração de um discurso sólido e informado acerca dos trabalhos; e, por último, o território, como base de ensaio e experimentação dos conflitos que, na paisagem contemporânea, surgem associados ao projecto.

No campo da arquitectura tem sido colocada uma tónica no pensamento sobre o espaço e sua relação com o território. É este binómio que permite enquadrar os fenómenos sociais, que funcionam como agentes de construção do espaço. É a partir da apreensão da espacialidade associada à morfologia urbana que se desenvolve uma espécie de metalinguagem que apenas pode ser fixada por meio de um processo de abstracção.

É através de um método de abstracção que conseguimos uma tangibilidade em relação ao real. Este método, que na base encontra uma cadência operativa entre várias escalas, permite pragmaticamente converter o real em algo mensurável e apto a ser transformado. Este processo de conversão é também um processo electivo. Ao converter-se o real numa representação a determinada escala, assume-se uma escolha – a eleição de determinados factores em detrimento de outros. Este processo electivo é desde logo um acto de projecto. André Corboz enuncia este pensamento evocando a importância do mapa sobre um território – ou palimpsesto – em permanente mutação. A representação activa uma leitura ou discurso de projecto, sendo que é “enquanto projecto, que o território ganha significado”. Corboz promove uma reflexão que associa a forma territorial captada pela cartografia, tanto com o entendimento, como com o desejo de leitura que cada lugar encerra sobre si mesmo. A hermenêutica do território é apresentada como uma criação que a humanidade modela de acordo com a história de cada período. A configuração da paisagem (ou face visível de um território resultante da acumulação do tempo) adquire assim um valor que se sobrepõe à “objectividade” da sua leitura, uma vez que é neste contexto que podemos reconhecer ferramentas operativas, nem sempre aparentes, mas que nos permitem extrair nas entranhas da sua geografia o “insubstituível material dos solos”.

É na base cartográfica (abstracta) que se procede, quer ao lançamento, quer à experimentação do projecto. O mapa surge como filtro, que enquadra as escolhas orientadoras da leitura operativa do território, tornando a sua “extensão, a sua espessura e sua perpétua metamorfose” em algo mensurável e passível de ser transformado. O território, ou sítio, adquire uma dimensão mental, tal como reflectia Eduardo Souto de Moura numa entrevista, em 1996, onde afirma:

“O sítio é um pressuposto. Não existe o sítio. O sítio é um instrumento. É impossível fazer casas sem ter um lápis, e ter casas sem ter um sítio. E o sítio é aquilo que se quer que ele seja. Tentou-se ‘vender’ o sítio como entidade objectiva, com frases como: ‘A solução está no sítio’. A solução está na cabeça das pessoas. O Leonardo da Vinci dizia: ‘A Arte é coisa mental’. O sítio é coisa mental. Portanto, o sítio é tão importante quanto as outras coisas que intervêm no projecto.”

Deste modo, a própria conceptualização de “território”, entre uma definição “física e mental” é desde logo um acto de projecto, uma apropriação mental e narrativa catalisadora de processos operativos de experimentação. A questão fundamental nesta acção diacrónica passa pela autonomia linguística dos próprios mecanismos de representação que, tal como um hipertexto, revelam caminhos que a priori não seriam possíveis de enquadrar, justificando que o processo de aprendizagem em arquitectura se faz experimentado o próprio projecto, num caminho onde se consegue enquadrar um início, desconhecendo-se os contornos da própria viagem.

2. CIDADANIA

A presença de Gonçalo Byrne (n. 1941) num escasso período de três anos, entre 2008 e 2011, enquanto docente de Projecto Final de Arquitectura no ISCTE-IUL, clarificou na precisão do seu discurso a motivação do exercício da arquitectura enquanto acto de cidadania. Distanciando-se do confronto habitual associado aos temas da participação, Byrne pôde clarificar uma orientação motivadora para a afirmação cívica dos futuros arquitectos.

A cidadania resulta justamente de uma capacidade de compreensão e leitura do modo como o tempo molda a paisagem e como este tempo, contenedor de múltiplas convicções sobre vários futuros, se expressa nos recortes do território contemporâneo. O arquitecto exerce cidadania ao aceitar descodificar uma arqueologia que revela a maneira como o espaço modela o projecto da própria humanidade. Gonçalo Byrne influencia a recuperação de uma consciência sobre a ancestralidade do próprio território, que apenas pode ser entendida no cruzamento entre a curiosidade da história e o exercício da representação.

Apesar da consciência de reciprocidade simétrica entre a lonjura do passado e a lonjura do futuro, emerge em Byrne a percepção da continuidade associada à sedimentação do território, o que pressupõe o entendimento de um processo sempre em aberto. Neste sentido surge a necessidade de um planeamento sistemático, capaz de mediar os interesses públicos com as dinâmicas da própria sociedade.

A lógica que se apreende a partir de Gonçalo Byrne é a do projecto urbano; a “representação” e a “cidadania” aparecem en-

tão como ferramentas metodológicas, onde a questão programática enquadra um conjunto de expectativas sociais. Nuno Portas em *La Emergenza del Progetto Urbano* ilustra, no plano operativo da gestão urbana, a importância de uma estratégia capaz de harmonizar vários agentes, em diversas fases de intervenção desencadeadas a partir do poder central (designadamente dos municípios). Se a orientação operativa está para além da forma arquitectónica, é porém a compreensão física e social do território que gera argumentos de acção, para um planeamento emergente. São as oportunidades e as improbabilidades que, num processo dinâmico, surgem diante dos decisores, configurando um processo que coloca de lado uma “tradicional lógica sistémica (e portanto conservadora)” associada aos vários níveis de planeamento (do plano de pormenor, ao plano director). Neste contexto o projecto urbano funciona também como argumento de ensaio das experiências académicas uma vez que, tal como é apresentado por Nuno Portas, configura um processo aberto capaz de harmonizar num tempo concreto as relações entre as intervenções mais localizadas, de índole urbana e as políticas territoriais, mais alargadas, ao nível regional ou global.

A cidadania que Byrne reclama para os arquitectos exerce-se na consciência que o projecto urbano se pratica no equilíbrio responsável entre uma herança de cultura e uma constante necessidade de mudança que ocorre, ora no âmbito de um planeamento prévio, ora na resposta imediata face a uma necessidade concreta. O acto do arquitecto reside justamente na convicção de que o território absorve os novos desafios e que, tal como um “palimpsesto”, está constantemente apto a ser reescrito, carecendo de uma constante representação capaz de delinear a orientação de um desejo a curto, médio, ou longo prazo. A convicção estende-se igualmente à confiança no processo de representação e, por conseguinte, na linguagem utilizada para fixar num determinado momento a lógica do projecto – linguagem esta, que na autonomia da sua expressão revela os trilhos possíveis que permitem harmonizar os interesses da sociedade com a lógica morfológica que sedimentou o território numa continuidade que metaforicamente se poderia denominar de “fábrica urbana”.

A cidadania
resulta
justamente
de uma
capacidade
de compreensão
e leitura do modo
como o tempo
molda a paisagem
e como este
tempo, contentor
de múltiplas
convicções sobre
vários futuros,
se expressa
nos recortes
do território
contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORBOZ, André – “Território como palimpsesto” in AA.VV. – *Teoria Crítica de Arquitectura do Século XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011 (pp. 741-852) [CORBOZ, André “Le territoire comme palimpseste” in *Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: Les Editions de L’imprimeur, 2001].

PINTO, Paulo Tormenta (2011) – “Temáticas e Reflexões sobre o Ensino de Projecto no Último Ano de Formação – O caso do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa”, in *V Projectar – Processos de Projeto: Teorias e Práticas*, Belo Horizonte, 25 e 28 de Outubro de 2011. PINTO, Paulo Tormenta (2013) – “A construção do Território (Tempo, Sítio e Participação) tendo em conta a reflexão sobre 3 projectos de Arquitectura” in VITALE, Miguel (coord.) – *Workshop Internacional Rio BR-2012*. Santa Fé: Ed. UNL (pp. 31 – 36).

PORTAS, Nuno (2012) – “Da Estratégia ao Projecto”, in PORTAS, Nuno – “Os Tempos das Formas”, vol. II – *A Cidade Imperfeita e a fazer*. Guimarães: Ed. Universidade do Minho, [“La Emergenza del Progetto Urbano”, in *Urbanística*, n.º 110, Roma, 1998].

PAULO TORMENTA PINTO, ARQUITECTO N.º 5167

Investigador Dinamia-CET’IUL e CIAAM – Departamento de
Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL
paulo.tormenta@iscte.pt
